



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



APROVADO

**CÂMARA MUNICIPAL DE
BRAZÓPOLIS**

PROJETO DE LEI Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

“Altera a Lei Municipal 1.010/2013 que dispõe sobre concessão de diárias, substitui seus anexos e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:”

Art. 1º. O parágrafo único do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A solicitação de diária deverá ser feita por meio de utilização de formulário, conforme Anexo II desta Lei, com prazo mínimo de 48 horas de antecedência.”

Art. 2º. Fica o Artigo 12 da Lei Municipal 1.010/2013 com a seguinte redação:

“**Art. 12** Ao servidor será também adiantado, a critério do Prefeito Municipal ou do Secretário, valores para atender outras despesas não tidas como diária, tais como táxi, passagens (exceto aéreas), combustível, pedágio, telefonemas e xerox, cujas despesas deverão ser comprovadas por nota fiscal ou equivalente.”

Art. 3º. O Artigo 16 e seus parágrafos 6º e 7º passam a ter as respectivas redações:

“**Art. 16** Em todos os casos de deslocamento para viagens previstas nesta Lei, o servidor é obrigado a apresentar relatório de viagem no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao retorno à sede, incluindo no mínimo um comprovante de que esteve no local de destino (cupom fiscal ou nota fiscal de alimentação, hospedagem...) devendo para isso utilizar o formulário conforme Anexo III desta Lei, e restituir os valores das diárias recebidas em excesso.”

“§ 6º Cabe a Secretaria Municipal de Fazenda examinar a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas nesta Lei.”

“§ 7º Cabe a Secretaria Municipal de Fazenda acatar e deliberar sobre situações excepcionais que vierem ocorrer.”

Art. 4º. Acrescenta o § 8º ao art. 16 e acrescenta o artigo 20-A à Lei nº 1010/2013:

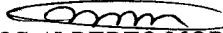
“§ 8º Somente será concedido nova diária de viagem ao agente público após prestação de contas da diária anterior e sua aprovação pela Secretaria Municipal de Fazenda.”

“**Art. 20-A** O Executivo Municipal fica autorizado a atualizar, periodicamente, por Decreto, os valores das diárias de viagens constantes da tabela do Anexo I desta Lei, mediante a aplicação do coeficiente representativo de variação da inflação, nos termos do índice oficial do Governo Federal.”

Art. 5º. Ficam substituídos os Anexos I, II, III e IV da Lei 1010/2013.

Art. 6º. Ficam revogados o parágrafo 3º do artigo 11º e o anexo V da Lei 1010/2013.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.


CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS**



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS		TABELA DE VALORES VIAGENS NACIONAIS	
<i>Agentes Públicos</i>		<i>Localidades</i>	<i>Diária integral R\$</i>
Prefeito e Vice-Prefeito		Brasília	450,00
		Capitais e cidades acima de 200 Km	310,00
		Outros Municípios De 61 a 200 Km	200,00
Secretários Municipais		Brasília	370,00
		Capitais e cidades acima de 200 Km	270,00
		Outros Municípios De 61 a 200 Km	180,00
Demais Servidores Municipais		Brasília	350,00
		Capitais e cidades acima de 200 Km	200,00
		Outros Municípios que distam de 101 a 200km	180,00
		Outros municípios que distam de 61 a 100km	120,00

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Nome do Servidor:		Matrícula
Unidade Administrativa de Exercício		CPF
Nome do Banco	Agência	Nº Conta
Viagens Previstas		
Período de / / a / /		
Horário de saída Horário de chegada.....		
Meio de Transporte		
Localidade(s) de destino		
Objetivo da Viagem:		
<hr/>		
<hr/>		
<hr/>		
<hr/>		

Despesas	Valor solicitado	Valor Aprovado
Diária		
Combustíveis e Lubrificantes		
Pedágio		
Transporte Urbano		
Passagem		
Total		

Data: / / Assinatura do solicitante _____

Aprovação da Autoridade Competente
Data: / / Assinatura: _____





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
PRESTAÇÃO DE CONTAS - DIÁRIAS

() Antecipadas	() Restitutivas
-----------------	------------------

Nome do Servidor:	Matrícula
Unidade Administrativa de Exercício	CPF

PRESTAÇÃO DE CONTAS					
Dia	Mês	Procedência	Destino	Saída	Chegada

No caso de utilização de veículo oficial informar a placa:

Atividades Realizadas: _____

Despesas Realizadas	Valor Recebido	Valor Aprovado	Valor a restituir	Valor a ressarcir
Diária				

Data: ____ / ____ / ____	Assinatura do solicitante:
--------------------------	----------------------------

Aprovação da Autoridade Competente	
Data: ____ / ____ / ____	Assinatura:





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
PRESTAÇÃO DE CONTAS – PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO

() Antecipadas	() Restitutivas
-----------------	------------------

Nome do Servidor:	Matrícula
Unidade Administrativa de Exercício	CPF

PRESTAÇÃO DE CONTAS					
Dia	Mês	Procedência	Destino	Saída	Chegada

Despesas Realizadas	Valor Recebido	Valor Aprovado	Valor a restituir	Valor a ressarcir
Combustível				
Pedágio				
Transporte Urbano				
Passagem				
Outros				
Total				

Observações:

Data: / / Assinatura do solicitante:

Aprovação da Autoridade Competente
Data: / / Assinatura:



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



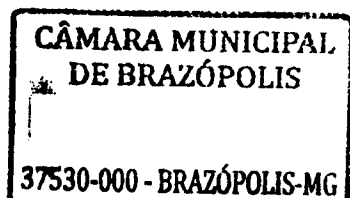
JUSTIFICATIVA

**Excelentíssimo Senhor Presidente
Senhores Vereadores**

O projeto de Lei Nº 02 torna-se necessário para adequar a Lei 1010/2013 às orientações recebidas dos Órgãos de Controle, pois tornará o sistema mais eficaz.

Brazópolis, 15 de janeiro de 2018

CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER **Projeto de Lei n.002/2018.** **Poder Executivo**

Relatório

Vem à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise do Projeto de Lei nº 002/2018, de 15 de janeiro de 2018, de autoria do Executivo que "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.010/2013 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, SUBSTITUI SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". E da EMENDA MODIFICATIVA nº 01/2018 de autoria do Legislativo que modifica o artigo 7º da mesma Lei.

Fundamentação

Fundamenta o referido Projeto de Lei, na Constituição Federal, arts. 29 e 30, que trata da garantia de autonomia do Município para legislar sobre assunto de interesse local.

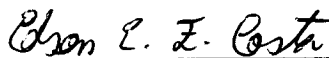
Conclusão

A redação do presente Projeto de Lei encontra-se redigida de forma legal e seus dispositivos estão também regulados dentro das formas constitucionais.

O presente Projeto de Lei visa regulamentar a concessão de diárias aos servidores municipais que, para desempenhar suas funções, necessitam deslocar-se para outras cidades.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2018 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e por fim, podendo ser votado em Plenário.

Brazópolis MG), 26 de fevereiro de 2018.



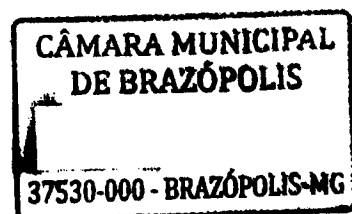
Edson Eugênio Fonseca Costa
Relator



Wagner Silva Pereira – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente



Adilson Francisco de Paula – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto Vice-
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PARECER
Projeto de Lei n.002/2018.
Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão Finanças, Orçamento e Fiscalização para análise do Projeto de Lei nº 002/2018, de 15 de janeiro de 2018, de autoria do Executivo que “Altera a Lei Municipal 1.010/2013 que dispõe dá outras providências”.

Fundamentação

Fundamenta o referido parecer o artigo 134 da Lei Orgânica do Município, que trata da fiscalização contábil, financeira e orçamentária pela Câmara Municipal.

Conclusão

Por fim, o referido Projeto de Lei tem amparo na Lei de Responsabilidade Fiscal e amparo nos princípios da legalidade e da moralidade, sendo sua aprovação uma alinhada composição entre a Legislação Municipal e a Legislação Federal Vigente.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2018 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e por fim, podendo ser votado em Plenário.

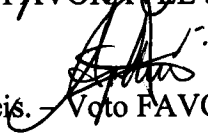
Brazópolis (MG), 26 de fevereiro de 2018.



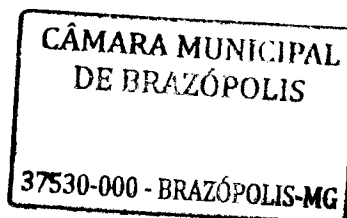
José Carlos Dias
Relator



Dalírio Antônio Dias – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente



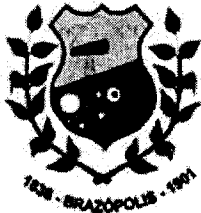
Sérgio Eduardo Pelegrino Reis. – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto
Vice-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

PARECER JURÍDICO



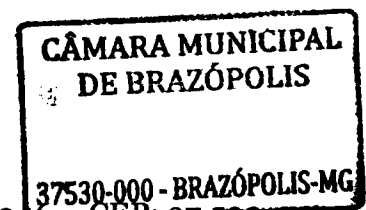
Ref.: PROJETO DE LEI Nº 002/2018 - PODER EXECUTIVO - "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.010/2013 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, SUBSTITUI SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". E EMENDA MODIFICATIVA Nº01/2018 DE AUTORIA DO LEGISLATIVO QUE MODIFICA O ART.7º DA MESMA LEI.

As Comissões Permanentes: Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização da Câmara Municipal de Brazópolis (MG) remetem consulta sobre a legalidade do PROJETO DE LEI Nº 002 de 15 de janeiro de 2018 – de iniciativa do Poder Executivo, que " **ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.010/2013 SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, SUBSTITUI SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". E EMENDA MODIFICATIVA Nº01/2018 DE AUTORIA DO LEGISLATIVO QUE MODIFICA O ART.7º DA MESMA LEI.**

Observo que o presente Projeto de Lei nº002/2018 em questão, se apresenta em conformidade ao disposto na Constituição Federal (artigos: 29 e 30), aplicado aos Municípios na forma da Lei Maior, que versam sobre regulamentação das diárias onde trata da autonomia aos Município, para que o mesmo organize o funcionamento do serviço público prestado por ele, sendo assim, a concretização de uma autonomia político-administrativa conferida aos entes políticos da Federação, fortalecendo a capacidade que cada ente tem para agir e decidir sobre assuntos de interesse local, lógico que dentro de um âmbito legal limitado pela Constituição Federal.

Portanto, estando o Município, assim, com as demais entidades de Direito Público, vinculado, ao Princípio da Legalidade, a previsão em Lei do pagamento de diárias de viagem, constitui direito do servidor, quando este se afasta a serviço da localidade onde exerce suas atividades.

Desta forma, não existe óbice à aprovação do referido Projeto de Lei 002/2018 de autoria do Executivo. atendidos também, os requisitos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

É o breve relato.

É o parecer, Smj (Salvo mais elevado entendimento).

Brazópolis (MG), 26 de fevereiro de 2018.



Valéria Maria Faria Noronha e Silva

OAB/MG 142.052

Assessora Jurídica

**CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS**

37530-000 - BRAZÓPOLIS-MG